

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**Ata 01/2019**

**Reunião ordinária**

Aos 27 de março de 2019, na sala dos Conselhos Denise Bonow, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se sob a presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Compareceram os conselheiros e convidados Adriane Maria Delgado Menezes, Berenice Mattos da Silva, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Thais Burlani Neves, Fernanda Veleda camacho, Vanessa Levati Biff, Álvaro Luiz carvalho Nebel, Fernando Jassin Gutierrez, Nelson Luiz Reyes Marques, Emanuel Marques Queiroga, Tales Emílio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Raquel Sperb Xavier, Bruna Corvello Stifft, Marco Antônio da Silva Vaz, Paulo Ott Tavares, Vitor de Abreu Rodrigues, Julia Ninggermann Faria, Fernanda Graciele Bispo de Almeida, Giulia D'Ávila Vieira, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Maria Eduarda Simões de Lima, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Antônio Carlos Madalena de Genz, Ricardo neves Cabral, Cristian Oliveira da Conceição, Fernando Luis Herrmann, Gabriele Laís Mandler, Carlos Jesus Anghinoni Corrêa, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Mara Cristina Caipú Mendes, Alexandre Pitol Boeira, Lucas Vanini, Giuliana Gonçalves do Carmo de Oliveira, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Emily da Costa Pinto, Grazielle Nogueira da Silva, André Luis Del Mestre Martins, Carla Comerlato Jardim, Daniela da Rosa Curcio, Luciana Neves Loponte, Mack Léo Pedroso, Gislaïne Gabriele Saueressig, Everton Santos, Rodelito Lopes de Andrade, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Rafael Theis Dittgen, Elton Rodrigues da Silva, Nilo Moraes de Campos, Natali Farias Cardoso, Cláudia Redecker Schwabe, Meirelis Corin de Oliveira, Giovana Borges Oliveira, Clotilde Conceição Vitória, Laerte Radtke Karnopp, Daniela Volz Lopes, Rodrigo nascimento da Silva, Veridiana Krolow Bosenbecker, Julio Cesar Costa da Costa, Francisco Carlos Oliveira Plá, Carla Simone Guedes Pires e Daniel Ricardo Arsand. Apresentaram justificativa os conselheiros Celso Silva Gonçalves, Adriano Vargas Saldanha, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Charles Sidarta Machado Domingos e Julia Cristina Renner. O presidente saudou e agradeceu a presença dos conselheiros nesta primeira reunião de 2019, desejando bom ano de trabalho para todos como conselheiros. Disse que a reunião teria dinâmica diferente, pois haveria o lançamento dos trabalhos do PDI 2020-2024. Agradeceu a presença da Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional do IFFar, profa. Nídia Heringer e do Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFSC, prof. Andrei Cavalheiro, que irão fazer trabalho de motivação inicial de reflexão do PDI do IFSul. Lembrou que foi divulgada a transmissão do lançamento para todos os câmpus. Antes da apresentação, foi dada posse aos conselheiros representantes da reitoria e do câmpus Lajeado. O presidente lembrou que no início do ano fomos assolados por tragédias, como a de Suzano, e que as instituições precisam, cada vez mais, pensar em formas, programas e projetos para promover a cultura da paz e para que possamos enfrentar essas questões que afligem a todos nós. Embora pareça que a situação está muito distante da nossa instituição pelas características que temos, isso não está tão distante assim e citou a situação do câmpus Santo Augusto do IFFarroupilha, onde teve um aluno fazendo declarações; que agora há pouco recebeu ligação de Santana do Livramento, que passa por situações próximas disso. Que os conselheiros, enquanto

representantes dos docentes, técnicos-administrativos e discentes e os gestores, precisam estar cada vez mais atentos a essas possibilidades, atentos aos colegas, conversando muito com eles e, à medida que percebida qualquer situação diferente, que tenha potencial de causar algum dano, ir conversando, trabalhando e fazer os devidos encaminhamentos, para que não se passe ou se previna o máximo possível esse tipo de tragédia na nossa instituição. Acredita que o trabalho da cultura da paz deve ser aprofundado, que a representante, profa. Clotilde, trabalha na Prefeitura, que tem trabalho muito interessante na cidade pelo pacto da paz e que o IFSul, principalmente em Pelotas precisa se juntar mais efetivamente a esse trabalho e também fazer um trabalho interno nos nossos câmpus como um todo. Precisamos começar a dar mais atenção a uma coisa que, infelizmente não temos tomado esse cuidado o quanto deveríamos. Pediu que todos fiquem vigilantes e atentos, contribuindo para que isso não ocorra, nem chegue perto de ocorrer em nossa instituição. Solicitou autorização para incluir na pauta a troca de nome de um curso, aprovado anteriormente de forma equivocada; é alteração do nome do curso Técnico em Mecânica Industrial para Técnico em Mecânica, do câmpus Sapucaia do Sul. A solicitação foi aceita. Solicitou que o auditor Laerte Karnopp fizesse um informe sobre o RAIN – Relatório de Atividades de Auditoria, que este ano muda o procedimento. O auditor Laerte Karnopp explicou que há dois documentos na Auditoria Interna que carecem de aprovação do Conselho, durante cada exercício, o PAINT, enviado à CGU até o final do mês de outubro, e o RAIN, relatório anual onde são descritas todas as ações realizadas no exercício anterior, também submetido à CGU. Este ano existe nova norma que saiu em 9 de outubro de 2018 e que disciplina os dois documentos. Ela determina que o RAIN, que anteriormente precisava ser aprovado pelo Conselho, agora é apenas comunicado. Explicou que o relatório foi finalizado ontem e encaminhado ao presidente do Conselho por memorando e, depois da diagramação, o documento será disponibilizado na página. No RAIN são encontradas todas as atividades realizadas pela Unidade de Auditoria Interna durante o ano de 2018. As ações previstas no PAINT que por alguma razão não foram realizadas, no caso duas, uma porque a CGU veio e a fez, que é sobre a política de EAD da instituição, e a outra porque conseguimos repor nosso quadro de servidores na AUDIN somente em maio de 2018, tendo em vista que uma servidora se afastou para assumir outro cargo público; as demais atividades e recomendações e o monitoramento delas está todo exposto no relatório e logo estará disponibilizado na internet, na página da Auditoria Interna. O presidente salientou a importância do momento para a instituição, em que vamos começar a trabalhar o PDI 2020-2024; que se possa fazer uma grande reflexão sobre a nossa instituição, fazer um grande debate com toda a nossa comunidade, no sentido de ver que caminho queremos tomar ao longo dos próximos cinco anos; que esses caminhos sejam para nós como horizontes a serem alcançados. Às vezes não se coloca muitos dos nossos sonhos, mas eles são importantes, para que se os persiga para tentar alcançar. Se não fosse assim, o IFSul, nos últimos quatorze anos não teria se tornado que se tornou, uma instituição que parte de dois câmpus, em 2005, e hoje tem quatorze, com os dados da plataforma Nilo Peçanha, divulgados ontem, com o rearranjo dos números, com 24.500 matrículas, uma instituição que se agiganta dentro do RS e que tem a responsabilidade de continuar levando uma educação profissional e tecnológica para cada vez mais, pessoas que não tinham acesso a esse tipo de educação pública, gratuita e de qualidade, que busca a excelência, levar transformações de vida a cada vez mais pessoas. Nesse primeiro horizonte é que tem que trilhar a nossa reflexão sobre PDI. Disse que a diretora Ana Paula Cunha espera concluí-lo ainda este ano e que conta com os conselheiros para motivar a participação de toda a comunidade acadêmica. A Diretora da DDI Ana Paula Silva apresentou-se também como representante da comissão central de elaboração do novo PDI, disse que estão presentes vários membros dessa comissão, a quem agradeceu a participação e envolvimento no processo começado no segundo semestre de 2018; que hoje é inaugurado

87 oficialmente para a comunidade nesta reunião, para envolver e sensibilizar a comunidade como  
88 um todo, mas principalmente os conselheiros, que, em última instância são os que vão aprovar  
89 o documento. Agradeceu o esforço dos diretores e mediadores que estão nos câmpus para  
90 incentivar a participação da comunidade ao longo da discussão. Apresentou os convidados que  
91 têm grande experiência no desenvolvimento institucional em seus institutos e na rede, como  
92 um todo, onde são referência, e agradeceu suas presenças. O Pró-reitor Andrei Cavalheiro  
93 agradeceu o convite e deu início a apresentação, acompanhada de lâminas, que podem ser  
94 acessadas em [bit.ly/ifsul/27mar19](http://bit.ly/ifsul/27mar19). A seguir, a Pró-reitora Nídia Heringer, fez sua apresentação,  
95 também disponibilizada em lâminas. O presidente pediu permissão para ausentar-se e participar  
96 de almoço no Parque Tecnológico com comitiva de espanhóis e coreanos e também com o  
97 secretário de Ciência e Tecnologia; que Pró-reitores da PROEX e PROPESP já estão com a  
98 comitiva; que a vice-reitora ficará capitaneando a reunião. Antecipou agradecimento aos  
99 palestrantes. A representante da Comunicação Social, Vanessa, foi chamada para apresentar a  
100 identidade visual do novo PDI. Esta explicou que a marca do PDI foi construída em cima de dois  
101 conceitos, a construção conjunta e o ciclo; que as cores foram escolhidas para representar a  
102 diversidade de toda a comunidade envolvida. A diretora Ana Paula Silva agradeceu a parceria da  
103 CCS. Explicou como a comunidade vai se inserir no processo; que tem espaço no portal do IFSul;  
104 acessando [ifsul.edu.br/pdi](http://ifsul.edu.br/pdi) serão encontradas todas as informações, documentos de referência,  
105 cronograma, agenda; que haverá banners na página inicial que, dependendo do momento em  
106 que se estiver, vão informar consultas, questionários, todos os elementos necessários para a  
107 participação de todos. Agradeceu o apoio de parte da DDI que está presente. Apresentou, em  
108 lâminas, explicação sobre as comissões de trabalho que farão parte da construção do PDI. Há  
109 uma comissão central que terá relação bidirecional com as comissões locais, temáticas e  
110 comunidade. Além do contato direto com a comissão central, a comunidade também terá  
111 caminho de diálogo com as comissões locais nas unidades. A comissão local é canal de  
112 comunicação entre a comunidade e a comissão central e o espaço da discussão coletiva. Logo  
113 será enviada aos câmpus a solicitação da formação das comissões locais, que deverá ter  
114 representantes de todos os segmentos da comunidade. As comissões temáticas vão apresentar  
115 as minutas de todos os capítulos que comporão o PDI para a comissão central e também vai  
116 propor os meios para elaboração das minutas, coletando informações, buscando subsídios com  
117 a comunidade interna e externa. Lembrou que essa estrutura do Plano de Trabalho foi aprovada  
118 pelo Conselho ano passado, está disponibilizada no site. Apresentou o cronograma, que mostra  
119 em linhas gerais como vai ser a atuação da comissão ao longo de 2019. Em abril serão compostas  
120 as comissões locais e temáticas; até agosto, período que vai envolver a coleta de informações  
121 com a comunidade em suas mais diversas instâncias e temáticas; setembro será feita a  
122 apresentação dos capítulos para avaliação e discussão com a comunidade e até novembro a  
123 finalização do documento em todas as questões formais de conteúdo, formatação, gráfica;  
124 dezembro será o mês da aprovação em reunião do Conselho. Agradeceu novamente os  
125 palestrantes e os participantes físicos ou virtuais da apresentação e fez gancho com a palestra  
126 "Caçadores de bons exemplos" apresentada na segunda-feira anterior, destacando a fala de  
127 Gandhi, "seja a mudança que você quer no mundo", que façamos o melhor no nosso trabalho,  
128 a educação. Essa é a mudança, é assim que se consegue a transformação das pessoas e o PDI é  
129 que vai mostrar como vamos fazer isso nos próximos cinco anos. Aberto o tempo às perguntas,  
130 o conselheiro Rocelito Andrade perguntou se, surgindo uma questão bastante polêmica, por  
131 exemplo, temos que reduzir o número de coordenadorias, determinada pessoa diz que de 40 a  
132 redução será para 30; quem irá bater o martelo? Haverá uns contra, outros a favor, quem vota?  
133 Será o Consup? Chegará um momento em que haverá divergências e como será posto no papel  
134 quem vai decidir. A palestrante Nídia Heringer respondeu que no IFFar tinha uma comissão de

135 estrutura administrativa, que recebia dos comitês assessores, CPA, CPPD, Engenharia, todos os  
136 entendimentos formais de como deveria ficar para a estrutura administrativa o número de FGs.  
137 As solicitações todas impactaram em 102 novas FG-1, 28 CD-4 e 12 CD-3. São as expectativas da  
138 comunidade acadêmica em relação à estrutura do organograma; foi para a comissão central  
139 esse volume de solicitações, que fez a análise de todas, colocou no PDI que será feito estudo  
140 para alteração do Regimento, porque essa estrutura administrativa impacta no Regimento, e a  
141 Prfa. Carla criou Portaria em março, criando GT para análise do atual organograma, que foram  
142 entregues para o GT o Regimento, o Decreto que extingue funções e cargos; a análise do  
143 organograma será feita a partir do que foi posto no PDI como missão, visão e valores, que  
144 precisam caminhar para atingir; que o que o colega coloca vai acontecer e em grande volume;  
145 que o número de solicitações feitas no IFFar superou o que esperavam, todas foram acolhidas,  
146 encaminhadas à comissão central, para que ela desse o encaminhamento. A reitora do IFFar,  
147 apresentou-se, disse ser representante do MEC no Conselho, e salientou que este momento de  
148 construção do PDI é o momento mais valioso que uma instituição tem, que é pensar e construir  
149 coletivamente a caminhada institucional; que a metodologia é muito importante para dar as  
150 respostas que, às vezes, a gente não consegue enxergar; que não sabe como está pensada a  
151 nossa comissão central, mas a do IFFar foi composta pelos gestores, diretores, pró-reitores e a  
152 reitora, na função de coordenadora, mas o Conselho Superior esteve e está presente na  
153 comissão central com representação discente, docente, de técnicos-administrativos em  
154 educação e de sociedade civil organizada. Todas as questões que chegam e não refletem um  
155 apoio maciço do processo de discussão, caem no colo da comissão central que vai tratar essas  
156 questões; no caso específico da pergunta, não entendem que estrutura organizacional seja  
157 estratégico, por isso não está no PDI; no PDI do IFFar está escrito que todas as demandas que  
158 surgiram relacionadas à mudança da estrutura organizacional vão ser objeto de um GT com  
159 representatividade das diversas instâncias institucionais que vão se debruçar à luz das novas  
160 demandas, dos novos instrumentos legais, do Decreto que tira das nossas instituições um  
161 conjunto de funções. Nesse caso, a comissão central tem o papel de conduzir as questões mais  
162 polêmicas ou conflituosas ou que não vêm com apoio maciço da comunidade acadêmica. O pró-  
163 reitor Andrei Cavalheiro disse que falando especificamente sobre o exemplo dado, pode  
164 generalizar a resposta. No IFSC não está sendo discutida no PDI a questão das funções, não há  
165 canal aberto específico para isso, pode surgir pontualmente nos diversos momentos. Quando  
166 falou que o PDI pode indicar mudança de estrutura, não é dizendo especificamente que tem que  
167 mudar isso ou aquilo, mas é a análise feita ao longo do período de sua implantação conduzia a  
168 isso: nossa estratégia é essa, a melhor forma de alcançá-la é alterando a estrutura  
169 organizacional, o que pode remeter a alterações no regimento, estatuto, o que não está previsto  
170 agora no PDI. A estrutura que vai aparecer no PDI é a que tem hoje. Isso exemplifica uma série  
171 de outras situações semelhantes; algumas discussões são preliminares ao PDI, vêm sendo  
172 desenvolvidas nos diversos fóruns e o PDI vai apresentar ou utilizar como pré-requisito para  
173 desenvolver a partir dali. O caso específico das funções é um exemplo muito bom no IFSC onde  
174 já tem uma discussão que teve alguns pontos de finalização, depois de avaliação, é uma  
175 discussão que tem uma continuidade: numa situação mais drástica, reduz de 40 para 30, tira  
176 daqui para lá, não se consegue uma visibilidade porque já tem toda uma discussão, os câmpus  
177 já compreenderam o limite quantitativo, e ele tem um modelo seguido internamente, revisado  
178 de quando em quando. Vários outros pontos vão cair nessa mesma linha, discussões prévias que  
179 já estão mais maduras que não vão aparecer agora, ou, se aparecer, não terão tanta margem de  
180 jogo. O que vier realmente vai mais para cá ou para lá é a estrutura de comissões que vai  
181 trabalhar; que tem comissões específicas para o PPI e para o Plano de Oferta de Cursos e Vagas  
182 e a comissão central, numa composição parecida com a nossa e do IFFar, que vai tomar decisão

183 a partir de análises; quanto mais bem fundamentadas estiverem as propostas, mais fácil fica  
184 para a comissão central analisar e propor que vá para a minuta do documento e a última  
185 instância que decide é o Conselho Superior, que tem a premissa de não concordar, voltando a  
186 proposta para discussão. Vinda de quem está assistindo pela internet, a pergunta sobre câmpus  
187 avançados, sobre qual seria a ideia do IFSul a respeito da sua consolidação considerando a  
188 conjuntura atual no planejamento a ser feito. A diretora Ana Paula Silva respondeu que esta é  
189 uma das questões que vai ser respondida ao longo do processo pelos próprios envolvidos, sabe  
190 que as expectativas e as dúvidas são muitas, também para os câmpus, mas serão respondidas  
191 ao longo do processo de construção. Outra pergunta; temos a previsão de rever RAD, OD, PPI,  
192 Regimento, em 2019, como será organizada a pauta de debates institucionais com foco no PDI.  
193 Em relação ao Regimento, está sendo levado em outro ritmo, para evitar esse conflito e para  
194 termos pernas para trabalhar todas as questões, sabendo que o PDI tem um prazo. RAD, OD, PPI  
195 também são discussões que vão ter foco, sabemos que ele vai ter que ser dividido, porque a  
196 instituição precisa seguir. A DDI vai trabalhar sempre junto dos responsáveis por esses  
197 processos, para que haja o menor impacto possível na ponta e todos sejam construídos de  
198 maneira bastante qualificada. Pergunta endereçada à Pró-reitora Nídia Heringer: como fugir da  
199 armadilha de construção de um PDI que seja realista, mas que não tenha um viés meramente  
200 conformista frente ao atual cenário que prega o Estado mínimo e um projeto que retorna o  
201 Brasil ao *status* de um país colonial, lembrando que educação e tecnologia têm papel  
202 fundamental para a criação de um país soberano. A pró-reitora disse que o cenário foi discutido  
203 exaustivamente e, mesmo assim, colocaram muitas questões novas, inovação, pesquisa, a  
204 questão dos NITs, algumas alterações de rotas do que têm hoje precisam ser feitas para atender  
205 às questões novas. Foram feitas discussões no sentido de ficar claro onde estamos enquanto  
206 cenário, que as expectativas que estão lá passam por se fazer mais com o mesmo, os colegas  
207 têm clareza disso, que em algum momento teremos que dar um passo a mais sem que  
208 tenhamos, também discutiram possibilidades de ampliação de orçamento não tão usadas,  
209 parcerias, discutiram o que entendem por parcerias que não nos levem à subserviência,  
210 parcerias que permitam desenvolver projetos, buscar recursos externos, sem que sejamos  
211 servos dessas parcerias; discutiram possibilidades de orçamento e outras, mas já pautando em  
212 que termos, em que espectros, sem que as parcerias nos afastem da nossa missão, da nossa  
213 visão; já foram trabalhando o alinhamento do que querem com novas possibilidades,  
214 estreitamento de laços com parlamentares, emendas parlamentares, entre outros; fizeram o  
215 trabalho de fala sobre como planejar novas coisas a partir de onde buscar essas novas coisas e  
216 já pensando em premissas para fazê-las. Conseguiram fazer um PDI que não é conformista,  
217 inclusive ampliando significativamente a oferta de cursos, mas sabendo que isso impactará em  
218 algumas coisas hoje estabelecidas no IFFar. Conseguiram sonhar, talvez tenham reduzido o  
219 volume dos sonhos, a partir das discussões de cenário, mas é um PDI extremamente otimista  
220 para o cenário que temos, com as discussões que realizamos. A diretora Ana Paula Silva lembrou  
221 que a comissão central tem espaço direto de comunicação no portal, onde qualquer um pode  
222 fazer perguntas, esclarecer dúvidas, dar sugestões, saber mais detalhes, o que permite contato  
223 sem depender das comissões. Lembrou que estamos com edital aberto para formação da  
224 comissão de perfil institucional e planejamento estratégico, até dia 03 de abril, para qualquer  
225 servidor da instituição com formação relacionada aos cursos elencados no edital possa vir a  
226 compor essa comissão. Solicitou que quem tiver mais dúvidas, contate o número disponibilizado  
227 que será dado o retorno. A vice-reitora agradeceu a presença dos palestrantes, ratificando a  
228 importância do momento para que se possa nortear para onde queremos ir realmente.  
229 Retomada a reunião após intervalo para almoço, foram empossados conselheiros dos câmpus  
230 Sapianga e Charqueadas. Após foram colocadas em apreciação as atas nºs 06 e 07/2018, ambas

231 aprovadas, com a ressalva que constasse aqui o registro de que a conselheira Gabriele Laís  
232 Mandler participou da reunião de novembro, embora seu nome não conste na ata  
233 correspondente. Foram submetidas à apreciação as Portarias *ad referendum* nºs **1325/2015**  
234 (regulamento para afastamento/capacitação), **168/2019** (FCC Passo Fundo); **191/2019**  
235 (calendário câmpus Pelotas) e **201/2019** (FCC Jaguarão). Não havendo destaques. Foram todas  
236 homologadas pelos conselheiros. O servidor Daniel Arsand apresentou a justificativa para a  
237 alteração do **POV do câmpus Gravataí**, explicando que o curso Educação Física Escolar tem  
238 oferta alternada entre os câmpus Gravataí e Sapucaia do Sul e não estava registrada no primeiro.  
239 Foi aprovada por unanimidade. A seguir, o servidor apresentou a proposta de **alteração da**  
240 **revista Thema**. A conselheira Janete Otte registrou a falta de uniformidade na grafia de Pró-  
241 reitor e Pró-reitoria. O conselheiro Nelson Marques disse que este regulamento não deveria vir  
242 para a aprovação do Conselho, porque a revista é dinâmica e fica engessada aguardando  
243 aprovação de alterações de coisas simples. O que está sendo proposto hoje é o que era  
244 antigamente. O fluxo editorial da revista é extremamente trabalhoso, deve ter 160/170 artigos  
245 em processo de avaliação; são três editores, voluntários. A pessoa recebe o artigo, envia para o  
246 avaliador que vai ter sugestões, depois retorna para o autor, tem que ver se o autor acatou, não  
247 é uma leitura fácil para as pessoas fazerem apenas quando puderem; há mais de um ano já  
248 conversou com o reitor sobre se queremos que a revista cresça ou estacione; para crescer  
249 precisa estrutura, como está aqui já tivemos e chegou a represar artigos por mais de um ano, se  
250 não dependesse do conselho seria mais fácil, experimenta, não dá certo, modifica; perguntou  
251 quantas revistas temos cinco, teoricamente seis, funcionando duas ou três, então por que só  
252 uma vinculada ao Conselho, não faz sentido e se for manter é preciso pensar algumas coisas. O  
253 artigo tem que ser original, isso não significa ser inédito é uma série de coisas assim que não  
254 gostaria de ficar comentando porque acha que esse trabalho é da Pró-reitoria, ou vou ter que  
255 fazer correções que são grandes. Fica preocupado principalmente de separar artigos por  
256 pessoas, é um trabalho que vocês não imaginam. Gostaria dessa reflexão, sobre a revista ficar  
257 fora do Conselho. O servidor Daniel Arsand disse que a revista estar ou não no Conselho não é  
258 a pauta de hoje e sugeriu trazer a proposta dessa sugestão em próximo Conselho. Concordou  
259 com as palavras do conselheiro quanto ao trabalho que se tem com a revista, entretanto hoje  
260 temos uma pessoa que está fazendo todo o trabalho, que é o Gláucios, faz coleta, revisão, hoje  
261 está na casa de 150/200 artigos na rua, recebemos mais de 1000 artigos por ano, a mudança  
262 visa agilizar o trabalho; talvez não tenha funcionado naquela época e venha a funcionar agora,  
263 mas é uma forma de fazer que esse trabalho fique mais democrático. Hoje só uma pessoa  
264 recebe, formata, distribui, envia, então está muito centralizado; é uma forma de dividir o  
265 trabalho; se cada um fizer o seu trabalho, aliás esse formato não é exclusivo da revista Thema,  
266 várias revistas o adotam. O conselheiro Nelson Marques disse entender, mas que as pessoas  
267 estão no seu horário de trabalho, não é trabalho voluntário, é completamente diferente eu ter  
268 um horário para dedicar a trabalhar na seção da revista é uma coisa, eu fazer isso quando eu  
269 puder é completamente diferente; o editor vai ter uns 30/40 artigos para lidar por mês; nós  
270 temos que profissionalizar a revista, temos que dar estrutura, ter pessoas para trabalhar na  
271 revista, o cara tem que estar 32/40 horas na revista. O servidor Daniel Arsand disse ser como os  
272 pareceristas, cada artigo é 6 a 8 horas para ser avaliado. Seria ideal que tivéssemos estrutura  
273 específica para atendimento à revista. A forma de resolver esse problema é fazer essa subdivisão,  
274 se vai funcionar realmente não sabe, mas é uma tentativa de não represar artigos. O conselheiro  
275 Nelson Marques falou sobre a dificuldade nas edições temáticas, que são feitas por convite;  
276 disse que o serviço na revista é quase escravo; que a próxima avaliação vai ser A, mas precisamos  
277 suporte, é o que defende. Precisa 2 ou 3 servidores para juntar com o Gláucios e dar uma  
278 estrutura para a revista. Colocada em votação, a proposta de alteração foi aprovada por maioria,

279 com 21 abstenções. A servidora Rosane Bom falou sobre o trabalho das comissões de  
280 heteroidentificação surgiu em maio do ano passado, por ocasião de denúncia de fraude no  
281 câmpus Pelotas, mesma época em que surgiu a necessidade de o NEABI constituir banca para  
282 concurso público que estava sendo finalizado. Isso fez com que buscassem primeiramente apoio  
283 da UFPel, porque já tinham vivido a experiência e implantado. Depois tiveram dois dias de  
284 trabalho na Universidade do Paraná sobre cotas raciais e para portadores de deficiência.  
285 Posteriormente tiveram o primeiro encontro nacional das comissões de heteroidentificação no  
286 câmpus pelotas, com a presença de diversas universidades e institutos federais que auxiliaram  
287 na composição da nossa IN que buscava ampliar para o processo seletivo a comissão, já que as  
288 fraudes estavam começando a ocorrer no IFSul. Posteriormente, houve a apresentação em três  
289 reuniões de colegiado e depois no CONSUP, onde houve empate e algumas abstenções, tendo  
290 o presidente preferido dar um tempo de maior debate sobre a criação das comissões de  
291 heteroidentificação para os processos seletivos, pois para concursos já existem. É uma lei federal  
292 que assegura e faz com que se tenha que priorizar algumas situações importantes dentro da  
293 instituição. O professor André Pereira, do câmpus Pelotas, integrante do NEABI pronunciou-se,  
294 dizendo que há algum tempo trabalha com políticas de igualdade racial e sua participação visa  
295 tentar colaborar na reflexão sobre a importância deste processo, inclusive da constituição das  
296 comissões de heteroidentificação. Primeiro, é necessário desmitificar que as comissões são  
297 tribunais de julgamento para definir se as pessoas são ou não sujeito de direito; o que está em  
298 jogo é garantir que as pessoas que são sujeitos de direito o tenham reconhecido de fato. Sua  
299 preocupação maior é o discurso que nossa instituição e qual a prática que desenvolve de fato;  
300 que percebe intenção bastante grande da reitoria em fazer cumprir as ações afirmativas e,  
301 muitas vezes, depara-se nos corredores com discursos que estão para além ou são contrários à  
302 proposta da inclusão. Salientou que é preciso refletir sobre o fato de que, embora tenhamos  
303 políticas de cotas, ainda estamos, como instituição, bem aquém daquilo que os demandantes  
304 esperam como nossa contribuição para uma transformação social; disse vir de um câmpus onde  
305 havia poucos estudantes negros e nenhum professor e chegou numa cidade que tem em torno  
306 de 45% da população composta por afrodescendentes e conta-se nos dedos o número de negros  
307 professores e o número de alunos que temos nos câmpus pelotas e CaVG. Entende que a  
308 comissão não vai julgar ninguém, mas ratificar o direito que o sujeito tem de ser reconhecido  
309 enquanto demandante de uma política. Nos últimos dias tem conversado com colegas e  
310 preocupa-se com a qualidade de formação dos nossos estudantes, mas temos que pensar que  
311 nossos estudantes não chegam formados na instituição; é nossa responsabilidade oferecer  
312 qualidade a todos e todas estudantes, independentemente da cor da pele e da origem social;  
313 preocupa-se porque muitas vezes parece que queremos trabalhar com aluno padrão, aquele  
314 aluno que vem de classe média, em boa formação, já é fluente em uma língua estrangeira e  
315 temos dificuldade em trabalhar com pessoas que estão fora desse padrão. No entanto, as  
316 instituições federais de ensino têm responsabilidade de formar todos da mesma forma e essa é  
317 uma discussão que está para além da comissão de heteroidentificação; quando se vai às salas  
318 de aula do câmpus Pelotas, embora tendo política de cotas, percebemos que são poucos os  
319 alunos que conseguem entrar e muito menos os que conseguem permanecer na instituição, por  
320 "n" motivos. Então, para pensar em relação às comissões, qual sua dinâmica; ela vai permitir  
321 que o sujeito, uma vez autoidentificado enquanto preto ou pardo, tenha garantido o seu direito;  
322 toda vez que há uma dúvida, a comissão serve para debelá-la. Alguém pode dizer que as  
323 comissões erram, mas os vestibulares também erram, os processos seletivos também erram  
324 quando nós estabelecemos determinados padrões do que é o aluno perfeito ou do tipo ideal  
325 para uma instituição de ensino. Salientou que milita em setores do movimento negro que não  
326 têm plena certeza que a comissão é a melhor alternativa, mas hoje ela é a única viável, a única

Handwritten signatures and initials in blue ink are present in the left and right margins of the page, along with some illegible handwritten notes at the bottom.

327 que vai permitir a garantia do direito efetivo de que nossos estudantes e futuros colegas tenham  
328 seu direito respeitado. Sugeriu, enquanto cidadão, que se faça uma reflexão bastante  
329 aprofundada a respeito desse tema, uma vez que é um princípio desta gestão estabelecer os  
330 maiores níveis de equidade possível dentro da instituição; devemos pensar na constituição das  
331 comissões não como algo negativo, mas como suporte necessário para que consigamos num  
332 futuro não muito distante, ter níveis de equidade maiores nos corredores, salas de aula e  
333 principalmente no dia em que os estudantes se formam a gente possa dizer que oferecemos  
334 educação de qualidade para todo mundo. O advogado Fabio Gonçalves apresentou-se e  
335 agradeceu o convite, traçou panorama de sua vida, dizendo considerar-se uma exceção por ter  
336 galgado as posições que alcançou sendo negro, pois os negros são alijados em qualquer espaço  
337 de relevância que queiram almejar, como também as mulheres sofrem discriminação, mas há  
338 diplomas legais que fazem reparações a esses grupos sociais como também ao dos indígenas e  
339 deficientes. Explicou que, no Brasil, as tentativas de reparação ao grupo social dos negros  
340 sempre esbarraram na regularidade formal, isto é, existem documentalmente, mas não  
341 operacionalizadas pela sociedade na prática, no que se referem à educação os processos de  
342 reparação através da possibilidade do ingresso em instituições públicas de ensino,  
343 especialmente federais, alguns diplomas legais se debruçam pontualmente a tratar da temática.  
344 Nesse contexto surgiram as Leis 12.711 e 12.990. A primeira trata das cotas sociais; o Brasil não  
345 tem nenhum diploma legal que trate exclusivamente de cotas raciais referentes a ingresso nas  
346 instituições de ensino federal com recorte racial. A Lei 12.711 diz que num curso qualquer que  
347 ofereça 100 vagas, 50% delas serão destinadas a escolas públicas, aí está o recorte social; dessas  
348 50, 25% serão destinadas a famílias com renda *per capita* até 1, salários mínimos; destas 25  
349 vagas, 50%, ou seja, apenas 12,5 vagas serão destinadas a autodeclarados pretos, pardos,  
350 indígenas, ou através da Lei 13.604, pessoas com deficiência. Então de 100 vagas ofertadas  
351 apenas 3 ou 4 serão ofertadas a pretos e pardos. Para o avanço social há muito que fazer e há  
352 lutas para a criação de diplomas legais para reparo efetivo. A Lei 12.990 trata pontualmente dos  
353 concursos públicos e tem recorte pontual para reserva de vagas a pretos e pardos e prevê os  
354 processos de heteroidentificação. A heteroidentificação é amparada legalmente. O  
355 Descumprimento de Preceito Fundamental - DPD 186 teve parecer favorável de todos os  
356 ministros pela reserva de vagas, que defendem a reparação e que para sua eficácia é necessário  
357 utilizar-se da expertise daqueles que representados pela sociedade civil tem conhecimento mais  
358 profundo através das formações acadêmicas que permita garantiremos direito a quem lhe  
359 pertence. MPF e Procuradoria Geral da República ratificam e legitimam a necessidade de  
360 reparação e os processos de heteroidentificação; heteroidentificar quer dizer ser percebido pelo  
361 diferente. Na prática, o aluno chega até a comissão que deve ter 5 pessoas no mínimo,  
362 regulamentada pela Portaria 04 do Ministério do Desenvolvimento. O postulante chega a uma  
363 comissão de acolhimento, se menor de 16 anos, acompanhados pelos representantes legais,  
364 entre 16 e 18 é opção do candidato, cinco integrantes da comissão o recebem, todos os  
365 procedimentos são filmados, ele é informado que está passando pelo processo de confirmação  
366 da autodeclaração; é explicado por que isso acontece baseado na Lei 12.711, perguntam se  
367 trouxe a declaração escrita e pedem que faça a leitura. Após a leitura, é oportunizado a ele que  
368 complemente da maneira como quiser. A banca faz a confirmação fenotípica, ou não; salientou  
369 que muitas pessoas têm dúvidas quanto ao seu pertencimento, ou acreditam que devem ter  
370 nariz de tal largura, mais gorduras nas cartilagens; a confirmação fenotípica está para muito  
371 além, requer imersão em estudos sociológicos, antropológicos, historiográficos e à luz do  
372 direito, por isso as pessoas da comissão precisam obrigatoriamente passar por formação. A  
373 comissão informa que o candidato deverá constar listagem ou site e se despede. Nenhuma  
374 pergunta é feita. No final do dia de trabalho a comissão vai deliberar deferindo ou indeferindo

375 os pleitos. O eventual indeferimento abre a possibilidade de o postulante ingressar com recurso  
376 em 3 dias úteis a partir da publicação do resultado. A pessoa indeferida traz suas razões, o  
377 documento é lido novamente e o vídeo revisto; a comissão recursal, diferente da de  
378 heteroidentificação e composta por 3 pessoas, revisam, confirmando ou modificando a decisão  
379 da comissão anterior e dando novo parecer, não há nenhum ar coercitivo no procedimento. A  
380 servidora Rosane Bom salientou que a IN em nenhum momento exclui o aluno do processo, pois  
381 não sendo deferido o ingresso pela cota, ele continua concorrendo pela ampla concorrência, na  
382 sua classificação. O presidente agradeceu a presença dos convidados. O conselheiro Marcus  
383 Ribeiro perguntou se a reserva de vagas também pode ser garantida na pós-graduação.  
384 Perguntou também como garantir a reserva de vagas se o processo for por sorteio de vagas e  
385 não por concurso. Dr. Fábio respondeu que o princípio de autonomia das instituições permite a  
386 deliberação sobre a pós-graduação, porque não há diploma legal federal que imponha; UFPel e  
387 UFSM já o fazem; disse não saber como é operacionalizado o sorteio. O presidente explicou que  
388 o sorteio é um tema que está discutindo as comissões de seleção e que gostaria de implementar  
389 no IFSul; que considera o sorteio mais justo do ponto de vista social para abranger todas as  
390 parcelas representadas na sociedade. O Conselheiro Marcus Ribeiro disse que esse grupo chega  
391 menos ao curso superior e em Novo Hamburgo foram reservados 20% das vagas para os  
392 autodeclarados pretos ou pardos e 10% para deficientes, não houve inscrição para estes últimos,  
393 tendo as vagas sido desviadas para autodeclarados. A conselheira Luciana Loponte disse que a  
394 instituição precisa normatizar essa questão na pós-graduação; que para o ProfETP, este ano, foi  
395 solicitada Portaria à PROPESP para reserva de vagas por cotas. O presidente disse que já solicitou  
396 à PROPESP a instituição da política de cotas ainda este ano. O conselheiro Mack Pedroso  
397 lembrou que na reunião anterior o NEABI do câmpus Sapucaia do Sul foi o único a manifestar-  
398 se contrário às bancas e que sua posição vai ser para defender o que o câmpus está defendendo,  
399 sem qualquer posicionamento pessoal. Em reuniões do câmpus os servidores mantiveram a  
400 posição contrária. Disse que houve uma fala muito esclarecedora agora, como também no  
401 CODIR, mas gostaria de saber se o Conselho foi consultado para que houvesse essa fala externa  
402 e técnica em prol das comissões. O presidente respondeu que isso ficou claro na reunião do  
403 Conselho de dezembro, quando dissemos que precisávamos aprofundar o estudo e trariam  
404 pessoas conhecedoras do tema para o Conselho, ficando inclusive registrado na ata. O  
405 conselheiro Mack Pedroso perguntou por que não houve convite para ouvir a manifestação  
406 técnica das pessoas que não são favoráveis, em respeito à igualdade. Acha que as duas partes  
407 deveriam ser ouvidas. Perguntou se o Conselho poderá votar tendo ouvido apenas uma parte.  
408 Perguntou sobre qual órgão recai o pagamento dos membros dessas comissões, se dos câmpus  
409 ou reitoria e, em sendo aprovado o ressarcimento para os participantes dessa comissão, se as  
410 demais comissões já constituídas ou que serão constituídas vão ter direito a ressarcimento.  
411 Justificou que o câmpus tem uma comissão permanente de avaliação de renda que passa a  
412 semana trabalhando para atender alunos que recebem bolsa, ingressantes no Proeja; que essa  
413 atividade é feita além das atividades regulares. Lembrou de ter perguntado no CODIR se há  
414 servidores suficientes em cada câmpus para comporem as comissões da forma prevista;  
415 perguntou como compô-las em períodos em que a maioria dos servidores está em período de  
416 férias institucionais. Como gestor preocupa-se sobre a indicação dos membros das bancas, pois  
417 não é tecnicamente esclarecido, não possui esses estudos, como saber se o servidor tem  
418 capacidade técnica ou não e, existindo servidores com essa capacidade, não deveriam eles  
419 enviar seus nomes ao departamento, à reitoria, que já possui assessoramento técnico, estudos  
420 mais profundos que este diretor, que podem aceitar a indicação mediante avaliação dos  
421 conhecimentos técnicos. A servidora Rosane Bom explicou que 12 núcleos deliberaram que  
422 fosse enviado ao CONSUP, todos tiveram acesso à documentação por e-mail, whats, foi dado

423 período para estudar com seus pares nos câmpus para retorno ao departamento, além dos  
424 encontros presenciais ocorridos durante o ano 2018. Só um núcleo se contrapôs, então há um  
425 espaço democrático que diz que a maioria tem que ser respeitada; sem outras manifestações o  
426 processo continuou e chegamos até aqui e a parte de oposição e questionamentos aconteceu  
427 por natureza no processo e na última reunião do CONSUP pelos próprios conselheiros de  
428 Sapucaia; dali foi dado o encaminhamento de que eles queriam que viessem falar pessoas que  
429 estavam à frente desse movimento; fizemos exatamente o que foi encaminhado; não foi  
430 solicitado que trouxessem dois pensamentos contrários, até porque o contrário já estava  
431 presente, foram atendidas e respondidas com todo o respeito as perguntas feitas. Entende não  
432 ter havido nenhuma situação que indicasse que deveria ser trazido outro posicionamento.  
433 Sobre o pagamento, disse que desde que ingressou, todas as ações de que participou como  
434 coordenadora de processo seletivo no vestibular, ou elaboradora ou revisora de provas de  
435 concursos, sempre recebeu à parte, embora não concorde muito, pois acredita que deveria estar  
436 dentro da função de supervisor, mas recebia pela rubrica de cursos e concursos por todas as  
437 ações feitas além das atribuições, o que é uma realidade do instituto como um todo. No primeiro  
438 encontro nacional de comissões de heteroidentificação, todas as universidades e institutos  
439 informaram que o pagamento é feito pela rubrica de cursos e concursos; é um valor ínfimo  
440 porque é um momento curto, poucas horas, possivelmente uma hora, porque sabemos que  
441 nossa realidade mostra que temos poucos candidatos negros e não há entrevista, apenas a  
442 leitura da autodeclaração. Disse que os câmpus têm como organizar um grupo de pessoas  
443 porque quem é da causa aceita participar, trabalha, exemplificou com o Dr. Fábio, que participa  
444 desde o ano passado sem nenhum pagamento. Sobre a capacitação do servidor, lembrou que  
445 foi feito cursos EAD com 40 horas, que está sendo efetivado em Sapiranga dia 2 com todos os  
446 NEABIs presentes; disse que a IN traz um comprometimento institucional, traz o diretor como a  
447 pessoa que vai convidar ou colocar para os servidores a necessidade da comissão e ver quem  
448 quer participar, porque ninguém é obrigado a participar, nem quem é do NEABI. O DEPEI está  
449 na IN com a responsabilidade da formação, realizada com o curso de 40h, que vai levar aos  
450 câmpus e reitoria o conhecimento sobre relações étnico-raciais, direito de reparação, questões  
451 das comissões na prática, como fazer pareceres. A conselheira Gislaine Saueressig disse não  
452 fazer parte do NEABI, mas este tem chamado a participar de reuniões desde o ano passado e  
453 como conselheiro procurou participar como ouvinte de todas as discussões. Também  
454 procurou pessoas de fora do câmpus e participou de evento sobre o movimento feminista negro  
455 no IFBSB e ouviu muitas opiniões diferentes sobre o trabalho das comissões, mas a maioria dizia  
456 que é preciso ter cuidado, discutir, porque pode fragilizar a política de cotas. Disse que também  
457 mudou de opinião várias vezes pela importância que tem o tema; que ouviu várias vezes pessoas  
458 preparadas para defender as comissões, mas em nenhum momento ouviu pessoas preparadas  
459 falando da precaução que precisa ter e acha que faltou essa discussão aqui, porque não viu  
460 unanimidade nas pessoas de luta do movimento negro sobre esta comissão; que ouviu  
461 professora do IFRJ admitida por cotas com discurso de cautela, faltou a discussão até pelas  
462 especificidades que o IFSul tem em relação às universidades. Boa parte de nossos alunos são  
463 menores de idade, nossos institutos ainda são bastante elitizados e depois da implantação da  
464 política de cotas o aumento de estudantes negros é perceptível em seu câmpus, então é preciso  
465 discutir e não apenas pegar um modelo que está ou não dando certo em outras instituições e  
466 implantar aqui sem considerar nossas especificidades. Disse que o NEABI do câmpus enviou  
467 carta para a Diretoria de Ações Inclusivas falando de outras sugestões, faz bastante tempo, como  
468 também foi colocada em outro CONSUP a necessidade de discutir essas alternativas, mas em  
469 nenhum momento foram discutidas as alternativas de combate à fraude; que em  
470 nenhum momento foi colocada a necessidade de discutir a política de cotas; que há necessidade

471 de discutir o modelo de se evitar fraudes na entrada desses sujeitos de direito; sente falta de  
472 discutir todas as opiniões de pessoas preparadas de todos os lados; pode existir uma terceira  
473 possibilidade, mas como não se discutiu não se chegou a nenhum tipo de conclusão; também  
474 tem dúvida sobre o porquê de essa comissão ser paga, e isso também deveria ter sido discutido  
475 e fica pensando como o diretor vai fazer para que as pessoas participem de outras comissões  
476 que não são pagas. O convidado André disse ter entrado no IF em 2015/2. Em 2016/1 veio a  
477 primeira IN determinando a necessidade de discussão sobre as comissões sobre avaliações de  
478 concursos. Mesmo afastado 8 meses, continuou acompanhando as discussões e lhe parece ter  
479 faltado alguma comunicação do câmpus Sapucaia com a estrutura do serviço público e dos  
480 servidores que ali estão presentes porque todas essas informações, e temos duas redes bastante  
481 fortes dos NEABIs, onde todas as informações são constantes; estamos discutindo isso pelo  
482 menos há dois anos presencialmente e via redes sociais; todas as contrariedades possíveis foram  
483 passíveis de apresentação; que está participando da reunião como cidadão e como tal lhe parece  
484 e o incomoda muito e, agora falando como representante do NEABI do câmpus Pelotas, parece  
485 muitas vezes que os representantes do NEABI do câmpus Sapucaia, que deveriam estar  
486 presentes nas reuniões, principalmente com esta pauta, para apresentar os questionamentos  
487 aqui não estão, uma vez que isso é um espaço do serviço público que todas as pessoas podem  
488 frequentar; isso o deixa incomodado como pertencente a um NEABI; não está se referindo a sua  
489 pele nem situação social, mas é um problema de comunicação, porque se vocês tem um  
490 desconhecimento de como se operou a discussão, porque o documento não foi escrito ontem,  
491 vem sendo escrito há aproximadamente dois anos, ele já foi e voltou várias vezes, já  
492 apresentamos discordâncias sobre o documento e sobre a maneira como essa comissão estava  
493 organizada, mas a gente tem que pensar institucionalmente; há uma determinação de órgãos  
494 superiores ao Instituto Federal que estabelece que se instituem as comissões de  
495 heteroidentificação, se ainda vamos avançar nessa discussão por mais 6 meses, 1 ano ou 2 anos,  
496 vamos deixar de reconhecer a ratificação da política pública, estamos tomando um espaço  
497 considerável do CONSUP, do tempo das pessoas para retornar a uma reflexão que já foi feita, e  
498 aí gostaria realmente que os representantes do NEABI do câmpus Sapucaia estivessem aqui para  
499 a gente confrontar as ideias; acha importante que se possa pensar a partir disso porque se não  
500 vamos fazer um trânsito de ida e vinda sem um resultado efetivo e daqui a pouco vamos ser  
501 premidos por instituições superiores, Ministério Público. O Dr. Fábio Gonçalves disse que já  
502 perpassou por essas dificuldades em muitos outros espaços que antecederam a este; portanto  
503 este não é o primeiro colegiado que questiona todas essas questões; embora eventuais  
504 representantes do movimento negro tenham trazido pequenas discordâncias, a compreensão  
505 massiva social é pela implementação da comissão da heteroidentificação; não fosse apenas a  
506 compreensão social, os diplomas legais impõem, não há uma opção; esta instituição pode optar  
507 por não implementar os princípios de heteroidentificação, há um princípio no direito  
508 administrativo que é o princípio da autotutela, mas se ela não o fizer estará contrariando um  
509 diploma legal federal e contrariando o pensamento massivo desde a mais alta corte deste país  
510 até as orientações da Procuradoria Geral e do Ministério Público Federal postas por diplomas  
511 legais. Se a instituição não implementar, em algum momento terá que se justificar e pela sua  
512 prática processual, talvez as justificativas deem muito mais trabalho, tenham um custo social  
513 muito maior, um custo legal maior do que efetivamente implementar esses procedimentos que  
514 não se confundem com a atuação de tribunais raciais; desenha a diferenciação entre a ação de  
515 tribunais, que têm por objetivo, a partir de condenações, imputar e implementar sanções e as  
516 funções das comissões de heteroidentificação que são funções de garantias de direitos, de  
517 confirmação de direitos; em nada se confundem ou causam constrangimento. Se a instituição  
518 optar por não implantar, valeram as discussões, a semente plantada e de alguma maneira

MBOM

teremos que justificar porque estamos criando óbice para a implementação e garantia de direitos calcada por um diploma público federal de reparação. Disse ter fé que a instituição compreenda a necessidade da garantia de direitos através desses processos de heteroidentificação. O conselheiro Mack Pedroso reforçou que no CONSUP anterior foi dito que traríamos mais esclarecimentos e reforçou a necessidade de que deveria haver a outra parte. Entende que para vir falar no CONSUP a convite, este deveria ter sido feito para ambos, embora o NEABI soubesse da discussão e das falas não fomos chamados para conversa, para colocar seu posicionamento. Falou, em nome do grupo, de outras possibilidades de verificar o que poderíamos ou não fazer e não foram feitas; com a colocação do Dr. Fábio, entende que a explanação dele é muito clara, os diplomas legais do direito que desconhece e que a Procuradoria Jurídica podia informar sobre isso, estabelece que temos que fazer, está posto; todas as discussões que tiveram com os núcleos foram realmente sobre se devemos ou não fazer ou foram sobre os cuidados de como fazer, essa é a questão e a colocação que estão fazendo é de que não querem fazer, são contra; não é isso, porque com outras formas, outras discussões, outras opiniões agente percebe que é o cuidado de como fazer, com certeza um dos maiores câmpus deste Estado que promove inclusão de negros é o câmpus Sapucaia do Sul, isso é comprovado, então, socialmente falando, seria mito contraditório a gente ser contra, tem que deixar isso muito claro; agora, se os documentos legais federais estipulam, baixem um *ad referendum* e vamos fazer. Simples, se for assim como ele falou. (trecho inaudível) uma instituição de ensino que está voltado para o setor que pega nossos alunos especialmente no integrado, a gente tem dedicado muito pouca atenção a essa questão através de coisas que nós podemos fazer que é o ensino e a educação; compartilha a visão de um sociólogo que é um dos que tem uma das melhores interpretações atuais sobre a história do Brasil, que é o Jessé de Souza, que diz que a escravidão é o traço definidor da história, da sociedade e da cultura brasileira; então nós, como instituição de ensino, enquanto não tivermos ações bem definidas e políticas de ação que envolvam todos os câmpus com projetos de extensão e ensino que toquem nessa questão, a gente vai estar fazendo menos do que a gente pode fazer. A servidora Rosane Bom reportando-se à colega que falou sobre o modelo, disse que não trouxemos um modelo, que a caminhada começou no primeiro semestre do ano passado, já presencialmente com os NEABIs, hoje 13 câmpus têm NEABIs, depois foi por e-mail, então não foi um modelo, foram vários modelos levados ao fórum, que várias instituições de todo país estavam lá, inclusive a Educafro, que é muito atuante nessa parte e inclusive impetrou uma ação pública que já está avançando, solicitando que todas as instituições públicas que não tivessem as comissões fossem penalizadas. Esclareceu que talvez o câmpus Sapucaia fique muito na percepção do que o representante do Núcleo traga porque quando foi enviado o material por e-mail e por whats, recebemos no mesmo grupo vários consentimentos, não tinha nenhuma retificação, recebemos apontamentos do câmpus Sapucaia, que foi o que gerou a segunda reunião presencial na sala 416 da reitoria, com a presença do André e do Dr. Fábio, para trabalhar justamente e cuidado de como fazer uma comissão; como na época não tinha conhecimento, trouxemos no primeiro encontro dos NEABIs três profissionais da Universidade Federal para fazer uma rota do que estava sendo feito naquele momento naquela roda de conversa para os seus pares em cada câmpus. Elaboramos documento prévio que mandamos para apontamentos; vieram os apontamentos de Sapucaia, que foram tratados na reunião do dia 12 de novembro, com o Dr. Fábio, que tinha apontamentos que eram questões jurídicas, estava também o André, ali elaboramos outro documento que trata muito da implementação na prática, que estrutura deve ter, quantas salas, quantas pessoas, quantas bancas, quantas pessoas compõem a primeira banca, a segunda banca, a questão do menor de idade, que vai ser acompanhado pelo responsável; tudo isso foi feito com a participação de todos os representantes que estavam ali.

Handwritten notes and signatures on the left margin, including a large signature and the text "HB Am".

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a signature and the text "CM", "gm", and "B".

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "HB Am", "Miguel", and others.

567 Isso estava posto e é onde começa esse espaço democrático da instituição, onde estamos com  
568 os doze NEABIs entendendo que eles são a figura que vai articular esse conhecimento porque  
569 são núcleos de estudo e pesquisa afro-brasileira e indígena; então fizemos essa discussão. Todos  
570 os apontamentos do NEABI foram trabalhados e respondidos, se alguém hoje estiver presente  
571 vai lembrar-se do que foi feito; tiveram todo o cuidado. O manifesto de 2016 que tem aqui,  
572 colocado pelo André tem a manifestação de 15 pessoas, mas acha que não deve tratar porque  
573 era outra situação; dia 12 de novembro foi encaminhado para os 13 NEABIs e também houve  
574 uma situação de acolhimento e entendimento do que era aquele documento, um consenso,  
575 digamos. O único que não teve essa opinião igual foi Sapucaia; naquela época não havia NEABI  
576 em todos os câmpus. Agradeceu o momento de discussão, acredita que a gente quer crescer a  
577 cada momento, mas algumas informações aqui estão equivocadas. O conselheiro Fabian  
578 Carbajal disse que queria reforçar que tem sido colocada aqui a ideia do contraditório, no  
579 sentido dos colegas que vieram hoje nos esclarecer; que o processo democrático tem uma forma  
580 e vimos um processo que vem sendo construído pelos NEABIs ao longo do tempo, deve ter sido  
581 em cada câmpus uma questão de ida e volta de ideias; colocou no CODIR que talvez houvesse a  
582 necessidade de atender os NEABIs porque eles não são os integrantes do CONSUP e o que  
583 entendeu ter faltado na reunião passada é que os representantes do CONSUP não tinham esse  
584 grau de informação necessária por isso criou esse celeuma; entretanto acha que avançamos na  
585 discussão; que já tinha posicionamento no fim do ano passado; em clara a necessidade das  
586 comissões e acredita que se está protelando porque a gente tem margem para isso, porque se  
587 tivéssemos na situação da UFPel, na virada desse ano e se não tivéssemos essa resposta para dar  
588 por não ter as comissões, estaríamos numa enrascada; quer que seu câmpus tenha uma política  
589 clara, definida, de como tratar o atendimento a essa necessidade imposta por lei e que já  
590 esgotamos todas as possibilidades de discussão. Os que acham que outra posição deveria ter  
591 sido mais esclarecida aqui, deveriam ter se mobilizado para trazer representantes desses outros  
592 pontos de vista; não cabe à institucionalidade ir atrás de um posicionamento que já havia  
593 definido por ampla maioria no sentido da constituição das comissões de heteroidentificação. Às  
594 vezes a gente fica num efeito recursivo que nos prejudica; que temos aqui um representante do  
595 movimento negro que colocou sua posição, e temos aqui colegas não que estejam negando, mas  
596 ficam colocando uma vírgula nesse tema, que acaba sendo nocivo para uma causa, que é a  
597 reparação da justiça; quer que a instituição avance e defina, porque ela é estratégica e nos ajusta  
598 enquanto conduta de instituição pública e nos dá limites claros para trabalhar, sabe dos custos  
599 organizativos, logísticos, financeiros, mas faz parte da gestão, que a gente vai ter que resolver;  
600 mas agora precisamos definir que vai ter a comissão. O conselheiro Alexandre Pitol disse que a  
601 fala do Fabian fechou exatamente com seu pensamento. Como diretor do câmpus Passo Fundo  
602 acha que já demorou para adotar as comissões; que já foi discutido exaustivamente esse assunto  
603 e se 1, 2 ou 3 representantes não concordaram, continue as discussões que faz parte das  
604 atividades do núcleo, e agora, além da discussão tem que ver como ela está sendo  
605 implementada, que agora vamos passar por outro patamar de dificuldade, a real  
606 implementação; a questão de ter ou não ter já passou, agora vem a execução propriamente dita,  
607 como o diretor vai indicar alguém para participar, se vão ser voluntários, tem dúvidas em relação  
608 ao ressarcimento, mas temos que tentar alguma coisa e essa forma que vamos tentar não surgiu  
609 do nada, vem de toda uma discussão, sempre com o objetivo de aprimorar. O presidente  
610 lembrou porque se começou a fazer essa reflexão a respeito das comissões: porque houve  
611 denúncia e o MP agiu contra o instituto em função de denúncias de fraude no sistema de cotas  
612 raciais. A partir daí a DEPEI começou a fazer esse trabalho junto aos NEABIs e a proposta que  
613 veio é das comissões; essa proposta passa a ser da reitoria também e a nossa defesa é pela  
614 implementação das comissões, por isso trouxemos anteriormente no CODIR a Rosélia, a Tereza

615 e o Dr. Fábio, hoje o André e o Fábio novamente, por entendermos ser esse o caminho. Já existe  
616 uma legislação para os concursos que de repente já vai valer para os processos seletivos e essa  
617 é uma tendência que a maioria das instituições está tendo; isso só está acontecendo porque  
618 está havendo fraude e o MP está agindo contra as instituições e a gente não pode fechar olhos  
619 para isso. Essa discussão foi muito democrática, principalmente junto aos NEABIs, está há dois  
620 anos dentro dos NEABIs; é a terceira vez que vem como pauta no Conselho, acredita que está  
621 bastante sedimentada com as posições bem claras; quer colocar em proposta, e respeitando a  
622 proposta do Mack Leo, que começou informando que não havia o outro lado aqui para se  
623 posicionar, primeiro colocar em votação se adiamos para o próximo Conselho para chamar  
624 alguém do outro lado, da defesa da não implementação das comissões ou se definimos hoje  
625 independente dessa colocação. O conselheiro Mack Pedroso disse não ter proposto outro  
626 conselho, apenas disse que como iam trazer esclarecimentos, ambos deveriam ser trazidos e  
627 perguntou se ouvindo só um lado os conselheiros estariam tranquilos para votar, então não  
628 existe essa proposta. O conselheiro Emanuel Queiroga falou sobre o pagamento, disse que  
629 existem inúmeras comissões, a maior parte não faz parte das atribuições do servidor e não são  
630 pagas, então por que essa vai ser paga; aí a gente cria o caso das assistentes sociais que fazem  
631 o levantamento, ou das de planejamento que não são pagas e outra vai ser, queria ser mais bem  
632 esclarecido, colocar em votação se vai ser pago realmente ou se é uma obrigação legal, o porquê  
633 do pagamento. O presidente disse que não ficou claro porque não consta da proposta de  
634 avaliação da instrução normativa. O presidente disse que até pouco tempo não tinha pagamento  
635 para nada, fazer prova, cuidar prova; agora se criou uma cultura de que tudo tem que ter um  
636 pagamento, está indo até contrário a essa questão do pagamento, mas tem que resolver essa  
637 questão, pois vai ter alguns recebendo e outros não, então vamos ter que trabalhar melhor a  
638 situação, não vai se fechar hoje aqui. O Mack Leo trouxe a situação de outras pessoas que  
639 trabalham no processo seletivo e não estão recebendo, tem que avaliar bem, mas sendo sincero,  
640 do jeito que a coisa está indo, o nosso processo seletivo não tem receita, optamos no passado  
641 pela isenção total no processo seletivo, então sai do custeio dos câmpus o pagamento de todo  
642 esse processo. Sobre quem vai indicar, são questões operacionais que vamos trabalhar  
643 posteriormente. O conselheiro Mack Pedroso perguntou se os documentos, minuta e anexos,  
644 serão aprovados hoje, pois tem considerações a fazer. O presidente lembrou que o Conselho  
645 aprova as políticas e os regulamentos. O conselheiro Álvaro Nebellembrou que a pauta é a  
646 implementação das comissões de heteroidentificação, o documento terá análise posterior,  
647 ratificado pelo conselheiro Carlos Correa. O presidente colocou em votação a implantação  
648 das comissões de heteroidentificação. A proposta foi aprovada por maioria, com 7 votos  
649 contrários e 1 abstenção. Passou a ser analisado o documento. O conselheiro Mack Pedroso  
650 considerou que o início do texto termina com a palavra resolve e falta alguma coisa para dar  
651 coerência à continuidade do texto. No final do parágrafo do artigo 1º, incluir em que lei/decreto  
652 está baseada. A servidora Rosane Bom disse que no início do texto consta a legislação, mas pode  
653 acrescentar no artigo. No parágrafo único, o conselheiro Mack Pedroso, disse que deveria estar  
654 anexo o documento com a classificação de categorias do IBGE. No artigo 2º, parágrafo 1º,  
655 pergunta em que será baseado o parecer da comissão, se em documentos, critérios, deixar bem  
656 clara a referência. O presidente disse que as sugestões estão sendo acatadas e, se houver  
657 contrariedade de outros conselheiros, que se manifestem, não havendo a sugestão será  
658 agregada à proposta. No artigo 3º, sugere que se coloque a função e quem a compõe. A  
659 conselheira Daniela Curcio entende que o conselheiro quer que nesse local da comissão fale  
660 como ela atua, que é a entrevista presencial que confirma ou não a declaração. A servidora  
661 Rosane Bom ratificou que a função é confirmar ou não a autodeclaração. O artigo 4º, que mais  
662 o preocupa, diz que a indicação dos membros será responsabilidade do diretor, articulado com

663 o NEABI, mas no documento complementar diz que os NEABIs podem ou não fazer. Declarou  
664 que não tem condições de indicar ninguém porque não tem o conhecimento e propôs que a  
665 indicação dos membros seja feita pela reitoria, através do Departamento de Ações Inclusivas,  
666 que deverá fazer a indicação com base na experiência e competência técnica, conforme consta  
667 no parágrafo 4º. Quem participou das oficinas é que tem a competência técnica. Sugeriu  
668 também que a formação das comissões seja de forma voluntária, não por indicação, de modo a  
669 respeitar concordâncias e discordâncias; os interessados deverão inscrever-se no NEABI do  
670 câmpus, que encaminhará os nomes ao diretor, que os repassará ao DEPEI. Sugeriu também a  
671 possibilidade de edital, o que tiraria um peso muito grande do gestor. A servidora Rosane Bom  
672 disse que não tem como indicar, pois não tem como saber quem está nos câmpus. Esclareceu  
673 que DEPEI e PROEN se envolveram muito no documento e constam dele, no artigo 5º. Não  
674 houve nenhuma dificuldade em tirar 5 membros do NEABI da reitoria para trabalhar no concurso  
675 e houve menos discussão do que houve nos câmpus. Fizemos toda a formação, todo o debate,  
676 toda a discussão desde o ano passado. No que é Departamento de Educação Inclusiva, estamos  
677 atuando de forma muito responsável; ficamos com toda a formação, buscando pessoas que  
678 atuassem quase que gratuitamente para fazer uma formação de 40 horas, em curso EAD, com a  
679 coordenadoria de TI atuando junto e estamos assessorando todos os Núcleos, tanto que dia 2  
680 teremos uma formação presencial em Sapiiranga e estamos com quantitativo de quase 50  
681 pessoas e todos os Núcleos estarão presentes, todos os representantes estarão presentes;  
682 estamos dando uma formação presencial mesmo considerando que os NEABIs não são  
683 obrigados a participar da comissão, mas pela necessidade que reconhecemos de as pessoas  
684 terem esse espaço de discussão, possam construir um conhecimento maior do tema. Acha  
685 complicado o DEPEI ir ao câmpus fazer isso, quando tem um diretor, chefe de ensino,  
686 professores, um núcleo, porque a pessoa pode não participar, mas pode articular; está indo para  
687 a nossa formação uma ONG de Venâncio Aires; as pessoas que atuam nessa área têm  
688 conhecimento de movimentos sociais, frentes de trabalho de forma muito mais clara do que  
689 nós; que temos que ponderar e não ficar jogando um no colo do outro. O presidente leu a  
690 proposta de redação: nos câmpus e reitoria a composição dos integrantes das comissões de  
691 heteroidentificação complementar à autodeclaração será por edital. Não havendo candidatos  
692 por edital, ocorrerá a indicação da reitoria em conjunto com os câmpus, articulado com os  
693 NEABIs. Colocada em votação, a nova redação foi aprovada por unanimidade. A conselheira  
694 Gislaïne Saueressig falou sobre as disposições gerais, artigo 1º, que cita as categorias do IBGE e  
695 no site deste, só consta a autodeclaração, fala das entrevistas do censo, que a opinião do  
696 entrevistador não pode ser considerada, só vale a autodeclaração, então não faz sentido no  
697 documento. O presidente explicou que as categorias existem, inclusive o percentual de cotas  
698 varia nos Estados, em razão das diferenças percentuais de habitantes afrodescendentes. A  
699 conselheira Daniela Curcio disse que as categorias são pretos ou pardos; que o IBGE classifica a  
700 partir da autodeclaração, não faz nenhuma outra análise; então a instituição vai considerar que  
701 o candidato é preto ou pardo, autodeclarado negro, se ele fizer a autodeclaração; não vê  
702 discrepância no que está colocado no texto. O presidente não vê necessidade de elencar  
703 categorias se a política é específica para pretos e pardos. A conselheira Gabriele Mandler disse  
704 que já trabalhou no censo e explicou que se entrevistar uma pessoa caucasiana e ela disse que  
705 é preta, o recenseador marca como preto; consideram-se cinco categorias quanto à cor ou raça:  
706 branca, preta, amarela, parda e indígena. A servidora Rosane Bom esclareceu que estamos  
707 seguindo a heteroidentificação que foi normatizada pelo STF, dizendo que para as políticas  
708 raciais é considerado o fenótipo, as características físicas, que levam à pergunta feita pelo Dr.  
709 Fábio: essa pessoa foi passível de discriminação porque tem traços negroides ou os traz bem  
710 marcados? Em nenhuma comissão de heteroidentificação que tivemos agora, 20, entre

711 universidades e institutos, foi considerada a questão do IBGE, mas ele está na Portaria  
712 Normativa, então trouxemos o texto, mas não quer dizer que se faça dessa forma. O presidente  
713 propôs a retirada do parágrafo. A conselheira Thaís Neves considera correto como está porque  
714 são categorias de classificação, a forma como vai ser avaliada é outra questão, se autodeclarado,  
715 se observado; as categorias são descritas dessa forma pelo IBGE e isso vai ser seguido. Colocada  
716 em votação a manutenção ou retirada do parágrafo, houve 13 votos favoráveis à manutenção  
717 do parágrafo, 21 favoráveis à retirada e 10 abstenções. Sobre o artigo 2º, parágrafo 1º, a  
718 conselheira Gislaine Saueressig, solicita a alteração de "entrevista presencial", pois no  
719 documento de implementação fala que os candidatos não deverão ser inquiridos. A servidora  
720 Rosane Bom disse que o parágrafo que acabaram de votar é o artigo 2º da portaria nº 4, que  
721 fundamenta toda instrução e a entrevista é um termo nela utilizado; na instrução não criamos  
722 nada que fosse fora da legislação; o que conseguimos compor na coletividade foi o outro  
723 documento, que é só esclarecedor, para que se entenda no dia, na prática, o funcionamento das  
724 comissões. A conselheira Gislaine questionou sobre o parágrafo 3º do mesmo artigo, quais  
725 documentos seriam usados norecurso se a identificação é fenotípica. A servidora Rosane Bom  
726 respondeu que na fase recursal o candidato pode usar o documento que ele quiser; que embora  
727 fenotípica, muitas vezes anexa documentos junto à sua justificativa para defesa. O presidente  
728 lembrou que também tem a gravação da entrevista. No artigo 3º parágrafo 3º, a conselheira  
729 Gislaine Saueressig disse não ter ficado claro o que seria naturalidade. A servidora Rosane Bom  
730 disse que o parágrafo foi copiado na íntegra do artigo 4º da Portaria. A conselheira perguntou  
731 se as bancas não seriam montadas com pessoas da unidade, tendo a servidora Rosane Bom  
732 salientado que é preferencialmente, não obrigatoriamente; que talvez a Portaria queira  
733 preservar os espaços, por exemplo, a gente vive numa região de outras colonizações bem  
734 específicas, talvez ali tenha algumas situações importantes que queiram considerar, mas, não  
735 havendo podem ser naturais do mesmo município. A conselheira Gabriele Mandler disse ter  
736 uma dúvida sobre o preferencialmente: se tiver mais de 10 pessoas inscritas no edital, o critério  
737 vai ser esse. O presidente explicou que vamos construir o edital e nele deverá constar o critério  
738 de desempate; então preferencialmente pode ou não ser critério. A conselheira Thaís Neves  
739 pediu para voltar à primeira consideração do conselheiro Mack Pedroso, dizendo estar correto  
740 como está posto. O presidente pediu à secretaria verificar a forma correta do texto. O  
741 conselheiro Max Gonçalves; disse que o questionamento é sobre a vigência e duração das  
742 comissões, se serão *ad eternum*, se substituindo membros conforme vacância, ou a cada  
743 processo. A servidora Rosane Bom disse que não há nada que determine, que pode ser  
744 construído coletivamente; que o edital se presta a determinado período, então poderia ser pelo  
745 edital, pelo ano. O presidente defende um prazo mínimo de 2 anos, porque tem que ter  
746 capacitação e que conste do edital. O conselheiro Fernando Herrmann voltou a mencionar o art.  
747 2º, parágrafo 1º, que tem o termo entrevista, sugerindo alterar por procedimento de  
748 heteroidentificação, que tem na normativa. A servidora Rosane Bom disse que, conforme  
749 explicado antes, o termo foi transcrito da portaria normativa; não quer dizer que se concorde,  
750 mas precisa seguir a regra. O presidente disse ao conselheiro que ele tem prerrogativa para  
751 propor alteração, tendo o mesmo respondido que a sugestão era para ajudar a colega, que deve  
752 decidir. A conselheira Janete Ottesugeriu tirar em das disposições gerais resolve, o das  
753 disposições gerais, ficando resolve, artigo 1º, estabelecer que esta instrução normativa tem por  
754 objetivo..., é o que tem nas outras, que "disposições gerais" está se interpondo. O presidente  
755 perguntou ao conselheiro se iria fazer proposta, o que não aconteceu. O presidente ratificou  
756 que o documento foi para apreciação de todos. O conselheiro Mack Pedroso sugeriu que o  
757 documento poderia ser incluído como anexo ou na própria minuta. Considera importante  
758 manter no documento a estrutura das comissões, a descrição da prática. Sugeriu que sejam

759 descritos os traços fenotípicos a serem observados, conforme a Lei ou o curso, evitando a  
760 subjetividade. Questionou o termo "deverão" ter pagamento, que deveria ser substituído ou  
761 retirado. O presidente colocou em votação a retirada do parágrafo, que foi aprovada com 2  
762 votos contrários e 8 abstenções. O presidente solicitou à servidora Rosane que analise se deve  
763 colocar como anexo ou como artigos do documento, tendo sido o documento colocado em  
764 votação e aprovado por unanimidade, com as alterações propostas e votadas. O presidente  
765 informou que o Relatório de Gestão, que deveria ser aprovado até 31 de março, este ano teve  
766 o prazo prorrogado para 30 de abril, em função do atraso da plataforma Nilo Peçanha, que  
767 define os números finais do instituto e que abastecem os relatórios de gestão; a liberação dos  
768 dados aconteceu semana passada, o número de matriculado ano passado estava em 23.000 e  
769 depois do refinamento feito por eles passou para 24.500 alunos. O CONIF fez movimento  
770 nacional pedindo ao TCU a prorrogação do prazo de entrega dos relatórios de gestão, que foi  
771 aceita. Isso permite que possamos ajustar o relatório. Propôs que semantenha aberta a reunião  
772 para 23 de abril, permitindo encaminhar aos conselheiros o material com certa antecedência  
773 para que possa ser avaliado e analisado nessa reunião, juntamente com as pautas não discutidas  
774 ainda. O presidente perguntou se há alguma consideração a ser feita sobre o **Relatório Anual**  
775 **de 2018** e sobre o **Planejamento Anual 2019**. Sem manifestações, os dois documentos foram  
776 encaminhados à votação e aprovados por unanimidade. Em continuidade foi submetida à  
777 apreciação a proposta dos calendários das reuniões anuais do Conselho. Informou que a  
778 proposta levou em conta a agenda do CONIF. Foram confirmadas as datas de 23 de abril, 27 de  
779 junho, 20 de agosto, 17 de outubro e 17 de dezembro. Foram definidos os locais das reuniões:  
780 junho em Passo Fundo, agosto em Camaquã, outubro em Bagé e dezembro em pelotas, podendo  
781 ser nos câmpus Pelotas ou CaVG. O reitor abordou o PL 11.279 que procura alterar, entre outras  
782 coisas a lei de criação dos institutos. O projeto foi enviado pelo Temer no último dia do seu  
783 mandato, com algumas propostas de alteração da Lei que criou os institutos, propõe a criação  
784 de 3 novos institutos 2 em São Paulo e 1 na Bahia, e de 2 universidades no Amazonas; também  
785 propõe a criação do técnico-administrativo substituto, nas mesmas condições que hoje existe  
786 para docente. Como a proposta não foi discutida, nem conversada com o CONIF e com a rede  
787 como um todo, o CONIF entendeu que deveria pedir a retirada do PL do Congresso Nacional e  
788 fez movimento indo até o Secretário e ao Ministro pedindo retirada. Este se comprometeu a  
789 fazer e também um período de amadurecimento da proposta. O MEC concordou com os pleitos  
790 do CONIF, mandou para a Casa Civil, indicando que o MEC também se posicionava pela retirada  
791 do PL. Somente na semana passada a presidência oficializou o pedido de retirada do PL da  
792 Câmara de Deputados. Esse projeto criava muitas FGs, CDs e dizia que não iria onerar o  
793 orçamento da União, que isso sairia do custeio do MEC. Pouco antes da oficialização da retirada  
794 do PL veio o Decreto extinguindo aqueles milhares de cargos. Posicionou-se dizendo que, dentro  
795 de todo o pacote, era favorável à criação da figura do técnico-administrativo substituto, porque  
796 ele é uma forma de a gente assegurar mais tranquilamente as questões de qualificação, de  
797 licença-saúde, e que igualaria as categorias também. As diretrizes curriculares é algo novo que  
798 veio em fevereiro e que está no CNE, que tem o relator Rafael Luchesi, um conselheiro do CNE  
799 ligado ao sistema S e que faz a proposta da alteração da diretriz nº 6, que define as diretrizes da  
800 educação profissional e tecnológica de todas as redes. Entende que a diretriz 6 é a que nos  
801 resguarda, principalmente a forma como oferecemos o ensino médio integrado. Nessa proposta  
802 nova do CNE havia interrogações se ela não impossibilitaria a continuidade da oferta do ensino  
803 médio integrado como temos hoje. O CONIF convidou o Luchesi a ir ao pleno, na metade de  
804 fevereiro; foi uma reunião muito tensa, de enfrentamento forte com ele e sua equipe, mas no  
805 final ele entendeu a nossa preocupação e reconheceu que a rede faz um trabalho,  
806 principalmente no ensino médio integrado, de qualidade, de resultado hoje no país e que ele

G

8

X

X

CD

CV

X

X

ds mm B

PR

U BOM

807 aceitaria todas as alterações necessárias na proposta dele para que ficasse protegida a nossa  
808 oferta como fazemos hoje. A partir daí propôs a criação de uma comissão do CONIF para tratar  
809 com ele e sua equipe das alterações necessárias para atender nossos pleitos na proposta da  
810 diretriz. Ficou definido no CONIF que seria o representante pela diretoria, já que está na vice-  
811 diretoria de assuntos acadêmicos, o prof. Wiliam, reitor do Mato Grosso, que trabalha no FDE e  
812 um dos pró-reitores de ensino, que é o prof. Agamenon, do IFRN. Foi levada para os diretores a  
813 questão de fazer levantamentos, conversar com as comunidades para ver as alterações  
814 propostas. Foi feita reunião com todos os pró-reitores de ensino do país, quinta-feira passada,  
815 feita proposta de alteração que era necessária. Foi reunião diferente da primeira, não houve  
816 tensionamentos, foi muito tranquila a apresentação das nossas defesas, a maioria sendo  
817 acatada, em especial a questão que nos protege, às 1.800 horas, porque existia na diretriz o  
818 entendimento que o máximo que poderíamos colocar na BNCC nova seria 1800 horas e é isso  
819 seria um dos problemas para continuarmos ofertando o EMI como está, porque ele está bem  
820 acima das 1800 horas. Ficou claro que a modificação do artigo será feita, permitindo que  
821 tenhamos mais do que 1800 horas, além da questão do ensino técnico. Isso ficou assegurado  
822 palavreado com ele e equipe, vai haver nova reunião da comissão específica do CNE que trata  
823 desse tema na segunda semana de abril e ele se comprometeu a fazer todas essas alterações,  
824 52 propostas, que já passou para os diretores, entre os grupos de trabalho, ele vai agregar essas  
825 alterações e já levar uma nova proposta à comissão do CNE. Foi um trabalho importante de  
826 convencimento, mostrando, mais uma vez, a importância e o resultado da rede. Resultados que  
827 não só das questões de ENEM, teste PISA (programa internacional de avaliação de estudantes),  
828 mas sim pelo que se vê no dia a dia, de transformação de vidas naquilo que a gente entende  
829 não só como uma construção técnico-científica, mas humanística, cultural, de formação cidadã,  
830 que entendemos tão bem fazer. Esse é o panorama que temos das diretrizes, agora vamos  
831 aguardar a reformulação em cima das propostas que fizemos e divulgando para todos. Nada  
832 mais havendo a tratar, falou sobre termos recebido segunda-feira passada, o Eduardo e a Iara  
833 Xavier, que foi divulgado por e-mail, na página, foi transmitido. Eles são um casal que viaja o  
834 Brasil, são chamados os caçadores de bons exemplos, eles têm quadro na Globo, sábados pela  
835 manhã. A proposta deles é que estamos tão cheios de dificuldades, vemos tantos negativos no  
836 dia a dia, que acaba não vendo as coisas boas que estão acontecendo, que tem tantas pessoas  
837 fazendo coisas por outros, dedicando seu tempo, sua vida para outras pessoas. Trouxemos a  
838 palestra como forma de motivação, para nos reabastecermos e tocar para a frente aquilo que  
839 fazemos, que é a nossa proposta de educação cada vez mais próxima daquilo que nossa nação  
840 precisa. Eles deixaram livros que vamos presentear a cada um de vocês, para que possam  
841 conhecer um pouquinho a história deles. O conselheiro Rocelito Andrade convidou os  
842 conselheiros a, no fim de semana, em vez de assistir um filme na Netflix, assistam à palestra,  
843 que dura 2 horas. Desafia a ver 10 minutos e não ver até o final. A conselheira Daniela Curcio  
844 pediu desculpar por não ser o momento ideal, que deveria ser nos informes, mas precisa falar  
845 uma fala de repúdio ao que está acontecendo e o movimento do nosso presidente da República  
846 querendo fazer comemorações alusivas ao dia 31 de março de 1964, data do golpe militar. Traz  
847 como proposta do Sindicato que, dentro das nossas escolas, na semana que vem se faça  
848 momentos de reflexão sobre isso, com aulas públicas, rodas de conversa, que se articule com os  
849 professores de história e que de alguma forma isso seja tratado dentro das nossas escolas, pois  
850 não é comemorando isso que o assunto deve ser tratado. O presidente ratificou a importância  
851 de que, como educadores, devemos repudiar o golpe que retirou a democracia do país. O  
852 conselheiro Antônio de Genz disse que em Jaguarão os professores farão aula para todas as  
853 turmas em Jaguarão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina

854 Nunes de Castro, digitei este documento que, após lida e aprovada, será assinada pelos  
855 presentes.

AL. J

Is

Ampl

clotilde

Blanche R. Schale

Blanche R. Schale

X

Ampl

Ampl

Ampl

Paulo

Ampl

Ampl

Mores my  
Paulo A. F. Soares

Paulo A. F. Soares

Paulo A. F. Soares

R

Ampl

Ampl

Ampl

Ampl

Ampl

Ampl

Ampl